# UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS RELAÇÕES POLÍTICAS NA ZONA RURAL DE EUNÁPOLIS - BA
# A CASE STUDY ON POLITICAL RELATIONS IN THE RURAL AREA OF EUNÁPOLIS - BA

**Drª Marcela de Oliveira Pessôa**
**Doutora em Sociologia Política, professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**
**marcelapessoa.vj@gmail.com**

**Lucas Oliveira Souza**
**Cientista Social, professor de Sociologia na Rede Estadual de Ensino do Estado de Minas Gerais**
**luc.up16@gmail.com**

**Grupo de Trabalho (GT): GT6 - Cooperativismo, associativismo e outras formas de ação coletiva**

**Resumo**
Esse artigo é composto por resultados de uma pesquisa qualitativa que buscou analisar como se estrutura a organização social e política da zona rural de Eunápolis – Bahia levando em consideração a atuação de agentes sociais e instituições. Para responder tal propósito, apoiou-se na perspectiva teórico-metodológica bourdieusiana, que busca compreender o funcionamento do mundo social através de mecanismos de dominação. Como metodologia, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a realidade do Extremo Sul da Bahia, a análise de dados estatísticos sobre a realidade estudada, a observação sobre a repercussão do fenômeno em blogs e sites de notícias da região, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas para que pudéssemos, a partir dos discursos dos agentes, compreender as relações presentes na realidade social da zona rural de Eunápolis. Conclui-se, em linhas gerais, que prevalece uma desarticulação política na população rural eunapolitana que a fragiliza frente ao Poder Público, de modo que este deixa de desenvolver políticas públicas efetivas para o campo. Além disso, percebe-se a grande influência do poder privado, na figura da empresa Veracel, como produtor de políticas e ideologias que garantem a sua dominação.
**Palavras-chave**: Zona rural de Eunápolis. Extremo Sul da Bahia. Veracel.

***Abstract***
*This article consists of the results of a qualitative research that attempted to analyze how the social and political organization of the rural area of Eunápolis - Bahia is structured from the performance of social agents and institutions. To this purpose,it used the bourdieusian theoretical-methodological perspective which attempt to understand the functioning of the social world through domination apparatus. As a methodology, a bibliographic survey was carried out on the reality of the Extreme South of Bahia, verified statistical data, identified the social construction of the object since blogs and sites about the region and realized semi-structured interviews so that we could, from the agents' speeches, understand the relationships present in the social reality of the rural area of Eunápolis. The conclusion shows the existence of political disarticulation in the rural population which allow the public administration to not conduce effective policies in their benefit. Besides that, there is a huge influence of private power represented by Veracel Celulose industry, that to produce a politic and ideology that sustain its domination.*
***Key words**: Rural area of Eunápolis. Southernmost of Bahia. Veracel.*

## 1. Introdução

Apresentamos aqui os resultados de uma pesquisa monográfica defendida no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. A pesquisa em questão buscou analisar como se estrutura a organização social e política da zona rural de Eunápolis – Bahia a partir das relações de poder público, poder privado e população rural. Para tanto, observou-se, no campo de estudo, como se coloca a lógica do poder no jogo de forças entre os atores considerando-se as diferentes formas de capital.

A necessidade de investigar a atuação dos diferentes atores sociais em Eunápolis é pertinente para a compreensão sobre como a região tem respondido ao processo de desenvolvimento pautado no setor agroflorestal para produção de celulose, que, desde a década de 1990, foi introduzido no Extremo Sul da Bahia – região econômica a que Eunápolis pertence. Segundo Cerqueira e Silva (2008), as atividades do setor privado do Complexo Florestal - Industrial de Papel e Celulose se ramificaram pelas áreas da economia, da política e meio ambiente (seja rural ou urbano), tornando-se responsável por uma nova configuração espacial e de desenvolvimento econômico no Extremo Sul da Bahia.

Diante da problemática, optamos por realizar uma pesquisa exploratória em caráter qualitativo, uma vez que, até o início da pesquisa que constitui o presente trabalho, não havia produção científica no campo das Ciências Sociais que discutisse a realidade rural eunapolitana. Assim, fora realizado (a) o levantamento bibliográfico sobre a realidade do Extremo Sul da Bahia, (b) a análise de dados estatísticos sobre a realidade estudada, (c) a observação da repercussão do fenômeno em *blogs* e *sites* de notícias da região e (d) a realização de entrevistas semiestruturadas que permitissem, a partir dos discursos dos agentes, perceber as relações presentes na realidade social da zona rural de Eunápolis. Para interpretação das falas coletadas, nos apropriamos principalmente dos conceitos bourdieusianos, pois estes nos ajudam a compreender o comportamento dos agentes em um determinado *campo* de forma relacional; visando analisar as relações construídas entre atores sociais a partir da distribuição de diferentes formas de capitais (BOURDIEU, 2003).

As entrevistas foram feitas nos meses de julho e outubro de 2019 utilizando um roteiro semiestruturado padronizado. A pesquisa foi realizada com nove entrevistados, sendo estes lideranças de organizações civis, religiosas e do Poder Público Municipal e Estadual, que foram selecionados de forma intencional e por conveniência; isso é, por serem considerados de significativa importância para as relações em estudo e que se disponibilizassem a participar da pesquisa. Todas as entrevistas foram transcritas e, em seguida, fora realizado um quadro comparativo entre as respostas para cada pergunta para que, assim, pudéssemos evidenciar as falas que mais se aproximavam e quais eram distantes. De tal modo, no que se caracteriza uma pesquisa qualitativa (ALVES & SILVA, 1992), procuramos nas falas dos sujeitos os significados que dão e a que estejam atrelados em seu contexto social. Apoiamos-nos na análise de discurso instrumental por Orlandi (2012, p.26) que "visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos e como ele está investido de significância para e por sujeitos".

Ressaltamos aqui como as falas, enquanto dados, são importantes para a compreensão do nosso objeto, pois a linguagem é a mediação entre o humano e a realidade social e natural, assim como a linguagem está materializada na ideologia (ORLANDI, 2012). Desta forma, consideramos ideologia como instrumento de dominação estruturante, que é estruturada a partir das condições sociais do *campo* onde é produzida e que está a serviço dos interesses de classes e de um corpo de especialistas que a produz (BOURDIEU, 1989). Fundamentando-se em Bourdieu (1989, p. 14):

> [...] é na correspondência de estrutura e estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais.

Ademais, para Bourdieu esses sistemas de classificação políticos se apresentam em forma de ideias e representações filosóficas, religiosas, jurídicas, etc. Tais sistemas são estruturados e são estruturantes, mediante a comunicação e conhecimento dos sistemas simbólicos, que, por sua vez "cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica)" contribuindo para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11). Assim, eles são objetos construídos para e pelo monopólio da produção ideológica e servem de instrumentos de dominação que reproduzem, de forma irreconhecível, a estrutura das classes sociais (BOURDIEU, 1989). Essa forma irreconhecível se chama *poder simbólico* que, de forma estritamente sintética, é a arte de convencimento segundo regras sugestionadas. Logo, o poder simbólico não está em si nos sistemas simbólicos, mas no poder da interlocução, que se define numa relação entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, bem como, no próprio *campo* em que se produz e reproduz a crença.

Por usa vez, para Bourdieu, ao se analisar a estrutura de um *campo* faz-se necessário compreender como as formas de capital estão introduzidas na estrutura social. Indo além da ideia estrita de capital econômico, o teórico entende o capital como trabalho acumulado (materializado ou incorporado) que está inscrito nas estruturas objetivas e subjetivas do mundo social, sendo uma estrutura subjacente que lhe confere regularidade. Para o autor, podemos encontrar o capital em três formas:

> […] capital econômico, que é imediata e diretamente conversível em dinheiro e pode ser institucionalizado sob a forma de direitos de propriedade; como capital cultural, que é conversível, em certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de qualificações educacionais; e como capital social, composto de obrigações sociais ('conexões'), que é conversível, em certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado na forma de um título de notoriedade (BOURDIEU, 1986, p. 47).

Esses capitais, por sua vez, não devem ser lidos de forma independente, mas sim a partir de como cada um reverbera no outro, proporcionando o sucesso de suas práticas. Dentre as três formas de capitais concebidos por Bourdieu, o conceito de capital social se torna interessante para pensarmos em termos de mobilização de grupo, como no caso de comunidades, movimentos sociais, partidos, famílias etc. Isto porque o volume de capital social de cada agente ou instituição vai corresponder a sua capacidade de mobilizar uma rede de relações diante de uma estrutura de *campo*, pois esta forma de capital corresponde ao "agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e reconhecimento" (BOURDIEU, 1986, p. 51).

Posto isso, apresentaremos a discussão dos resultados da nossa pesquisa de campo nas próximas seções. Inicialmente discutiremos as relações das comunidades rurais e Poder

Público e logo após sobre o Poder empresarial e a esfera pública. Por fim, apresentaremos as considerações finais. Salientamos ainda que foi garantida a condição de anonimato aos sujeitos de pesquisa e os mesmos são diferenciados no texto apenas por siglas fantasia.

## 2. Comunidade rurais e o Poder Público

Com o intuito de traçar um quadro descritivo sobre a população rural de Eunápolis, buscamos informações com os sujeitos de pesquisa sobre a quantidade de comunidades rurais e famílias da Zona Rural do município. Percebemos grande dificuldade para identificação das comunidades ou, até mesmo, para compreensão do *sentido* de comunidade para os mesmos. A maioria dos entrevistados informou usando como categorias "comunidades", "distritos" e "assentamentos". Também surgiu o termo "pré-assentamentos" para as localidades que ainda estão em processo de formalização do assentamento. A dificuldade para tal classificação pode estar associada à constituição geográfica de Eunápolis a partir da entrada e expansão das plantações de eucalipto para produção de celulose pois, segundo Leonel (2016), houve um crescimento na quantidade de terras destinadas à plantação de eucalipto nesse momento e, com isso, as pessoas abandonaram o campo para viver na cidade, diminuindo significativamente o número de habitantes nessas localidades, assim como terras que foram ocupadas a partir desse período (como ficou explícito em algumas falas) o que implicou em novos arranjos sociais. Em relação a existência dos assentamentos, chama atenção aqui como um representante do poder público municipal (SA) distingue essa situação**:**

> Assentamento eu não posso te falar porque tem os assentamentos já formalizados e têm os não formalizados, né. Então eu não tenho esse número preciso, né. Mas os distritos da cidade são: Gabiarra, Colônia, Mundo Novo. São três. E os assentamentos aí eu não tenho número com precisão porque tem os formais e os que ainda em fase de legalização, tá mais caracterizado como invasão. Então eu não posso te precisar isso também. (SA)

Primeiramente, pode-se questionar o fato do poder público municipal aparentemente não dispor desses dados sistematizados, até mesmo para que se desenvolva políticas públicas e assistência nessas localidades. Além disso, é interessante como o sujeito usou a palavra "invasão" para caracterizar os assentamentos que não foram reconhecidos pelo órgão competente da função, que é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A escolha por usar "invasão" se torna problemático visto que essa palavra carrega uma carga semântica que denota a ação dos agentes envolvidos nos processos de ocupação de terra como pessoas que estão atuando fora das diretrizes jurídicas, na ilegalidade; pois invasão seria tomar de forma ilegal algo que não é seu. Também cabe pontuar o não uso do termo "acampamento" que usualmente é utilizado para designar ocupações onde as famílias estão à espera de serem assentadas. Assim, quando são tratados de "não formais", "invasão" esses espaços carregam simbolicamente uma representação social que os coloca em uma posição de hierarquia diferenciada em relação aos assentamentos reconhecidos e demais comunidades.

Quando se trata de acessibilidade quanto a zona rural, a maioria dos entrevistados apontou que as estradas têm tido manutenção, de modo a facilitar a locomoção dos moradores. Essa manutenção está associada a prefeitura da cidade, na maioria das falas. Uma representante da organização civil, PS, assinala que há 20 anos a situação das estradas era

ruim, mas que "foi por meio da Prefeitura, da gestão da Prefeitura, dos próprios trabalhadores, né, que se empenharam" (PS) para esse quadro mudar. No seu discurso, aparece a importância de se associar os trabalhadores como agentes de um processo que é de competência da esfera pública. Caberia considerar, portanto, que os agentes "não são partículas passivamente conduzidas pelas forças do campo" (BOURDIEU, 2004, p.28) em questão, pois eles estão sujeitos às estruturas objetivas, assim como atuam sobre elas a partir de suas estruturas subjetivas (*habitus*) (SCARTEZINI, 2011).

Ainda sobre acessibilidade, identificamos que a prefeitura municipal disponibiliza o coletivo escolar para atender a zona rural, devido a necessidade dos alunos residentes do campo de cursarem o ensino médio na cidade, uma vez que, segundo os entrevistados, as escolas nas comunidades atendem apenas até o ensino fundamental. Segundo a Resolução nº 1 do Conselho Nacional da Educação de 2002 Art. 6º:

> O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico ( BRASIL, 2012, p. 34).

O Poder Público garante que a zona rural de Eunápolis tenha acesso a última etapa da educação básica, que é o Ensino Médio – EM, por meio do transporte escolar que faz o deslocamento desses alunos para as escolas urbanas. Essa realidade não é um dado isolado. Bof (2006, p.43), ao fazer uma análise sobre os dados escolar da educação do campo no Brasil, apresenta que "94% daqueles atendidos pelo transporte escolar público frequentam escolas urbanas". No entanto, mesmo que esse acesso seja garantido, estamos falando de sujeitos que saem de suas localidades, com particularidades distintas, para ingressar em instituições de educação construídas em um contexto social urbano que, provavelmente, não atendem as demandas e anseios desses alunos da zona rural que possuem trajetórias atravessadas por outras representações simbólicas, o que tornaria o ensino não significativo para eles. Silva (2012) entende que essa questão de ter o transporte, mas não a escola nas comunidades é transformar a educação do campo em uma política pública puramente de transporte escolar, que não seria vantajoso, devido ao fato de que muitas vezes os trajetos são longos e deixam os alunos cansados durante a locomoção, podendo interferir no processo de ensino.

Nas falas dos sujeitos não foi possível identificar qual tipo de educação ou experiência escolar o campo de Eunápolis vivencia, além da informação de que uma parcela dos estudantes da zona rural é transportada para as escolas urbanas. Também fica a questionarmos como as escolas dessas comunidades rurais têm organizado os seus currículos, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996, no seu Artigo 28 orienta que a educação rural tenha metodologias, currículo, calendário próprio para que atenda a realidade dos alunos daquele espaço social.

Quando se trata de acesso à saúde, os entrevistados dizem que as comunidades são atendidas por médicos disponibilizados pela prefeitura:

> [...] agora mesmo nós fizemos trabalhadores se organizarem, fizemos uma vaquinha, construímos um posto de saúde. Um médico vai atender uma vez por semana lá.
>
> [...] Médico da prefeitura. [...] uma vez por semana vai médico lá atender a comunidade [...] (ST).

Assim como ST, PM também aponta a auto-organização da comunidade onde vive.

> [...] já tentei junto a Secretaria de Saúde a levar uma vez por mês a equipe médica lá, mas ainda não conseguimos. Tô tentando, né. Existe uma promessa da prefeitura, né, que vai nos ajudar. Mas porque eles pedem uma estrutura. A gente começou a construir e tudo e estamos finalizando pra pintar, né, e conseguir que vá uma vez no mês um médico lá, um enfermeiro, a questão do peso pra as crianças, de vacina [...] (PM).

As duas realidades acima citadas por ST e PM vivenciam a necessidade de se organizarem para construir com recursos próprios uma estrutura que garanta a presença médica nas localidades. O Poder Público municipal, nesses casos, abstém-se de criar as condições necessárias para que se desenvolva de fato uma política de saúde financiada com recursos públicos. No restante das falas não foi indicado quem é o responsável por construir o posto de saúde, apenas que os médicos são enviados via prefeitura para atender as comunidades da zona rural.

As falas acima nos permitem pensar a respeito de como o capital social que envolve essa rede de contatos baseada em confiança e reciprocidade, está atrelado a ação coletiva para resolver os problemas coletivos de um grupo, família, comunidade etc. (OSTROM & AHN, 2007), e nesse caso o capital social teria sido ativado para agir sobre uma problemática pontual que deveria ser resolvida por uma gestão pública. Este não seria um caso isolado no que tange a responsabilidade da gestão pública para o campo eunapolitano e a mobilização coletiva:

> [...] a gente tem uma dificuldade muito grande lá porque o acampamento ele não tem energia elétrica, ele não tem água potável. Então a gente se vira nos 30, vamos dizer. Eu fiz duas turmas do TOPA[1], que foi a primeira vez que a gente fez, só que acabou que teve uma evasão muito grande, porque, pelo fato de não ter energia, geralmente são trabalhadores rurais, eles só tinham tempo a noite. Aí a gente teve que improvisar com baterias a energia elétrica. [...]Já tivemos várias vezes na Coelba, já solicitamos Luz Para Todos diversas vezes, diversos projetos [...] A gente tá correndo atrás de políticos, né, de deputados pra ver se consegue adiantar o projeto pra gente. Mas até então, né, a gente continua sem energia (PM).

Quando se traz " correndo atrás de políticos", percebemos mais uma vez o capital social ativado para manter relações a nível institucional (OSTROM e AHN, 2007) e buscar a solução de problemas coletivos. PM entende que o reconhecimento da sua comunidade por políticos da esfera institucional pública poderia contribuir para agilizar projetos. Entretanto

[1] Todos Pela Alfabetização - TOPA, é uma política pública de alfabetização de jovens, adultos e idosos, desenvolvida pelo Governo da Bahia em parceria com prefeituras e outras entidades e organizações.

essa ação, presente também em outras falas, denotam um tipo de relação de dependência com a política institucionalizada no modelo coronelista, pois no momento que um político partidário é levado para dentro da comunidade pode-se criar nos moradores o sentido de favor, e que eles devem destinar seus votos a esse candidato em período de eleição. Além disso, para Ostrom e Ahn (2001) essa relação a nível institucional pode trazer implicações, pois quando há imposição de soluções partindo de uma autoridade externa a uma comunidade ou grupo, essas podem ser falhas em mobilizar o nível do capital social daquele local, assim como pode desmobilizar os recursos do capital social já existentes em determinado grupo.

Ainda que a fala de PM esteja direcionada a realidade de sua comunidade, é perceptível também em outras falas que são sempre as comunidades que cobram a garantia desses serviços básicos, como saúde, educação, energia por parte do Poder Público. Talvez, se não houvesse essa ação comunitária, o Poder Público junto com suas instâncias estariam à parte desses processos e as comunidades rurais continuariam na lógica da formação inicial da organização social do campo brasileiro que, segundo Durhan (1973), apresentava uniformidades como economia de subsistência e a falta de instituições mínimas indispensáveis a sociabilidade, assim mantendo um o isolamento não somente na esfera física, devida localização geográfica, mas também social e cultural.

De acordo com todos os entrevistados, a produção proveniente da agricultura familiar de Eunápolis é bastante expoente, abastecendo a cidade, principalmente, por meio das feiras livres e possuindo uma grande diversidade de produtos, tais como: frutas, hortaliças, pimenta-do-reino, café, gado de corte e leiteiro, feijão, farinha, milho, e a mandioca que é encontrada em toda a zona rural. Também identificamos que políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE se fazem presentes em algumas localidades da zona rural estudada.

Tentamos buscar dados no Censo Agropecuário de 2017 na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE no mês de novembro de 2019 sobre a produção agrícola familiar por município, porém não conseguimos ter acesso aos mesmos. Assim, analisamos os dados do Censo Agropecuário de 2006, que Leonel (2016) também utilizou em sua tese de doutorado. Segundo tais dados, os estabelecimentos de produção da agricultura familiar em Eunápolis representam em torno de 74% dos produtores. Mas quando se trata de área em hectares, a área destinada à produção não-familiar é de 88 mil hectares, enquanto que a produção familiar está contida em 7 mil hectares. Considerando que a população rural de Eunápolis é de 6.783 habitantes, é praticamente um hectare por morador residente no campo.

Leonel (2016) apresenta dados da região do Extremos Sul da Bahia, da década 1980 a 2006, que mostram uma redução de áreas destinadas à produção de produtos alimentícios enquanto ocorreu um aumento apenas na atividade agrícola de silvicultura. Tratando-se especificamente de Eunápolis, houve um crescimento de 114.532% na área de floresta plantada de eucalipto. Esses dados indicam uma concentração de terras nas mãos de grandes produtores e, especificamente, sob domínio da empresa Veracel em Eunápolis. Leonel também aponta que redução de terras para a agricultura está associada a falta de amparo do Poder Público em termos de políticas públicas.

Os sujeitos entrevistados trazem a Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Eunápolis como principal representante do poder público municipal atuante na zona rural:

> [...] A gente tem a Secretaria de Agricultura que faz esse trajeto entre os trabalhadores na estrada, nas comunidades que eles levam o médico. Tudo isso. Ajuda sim, ajuda. Mas não é o ideal ainda que a gente acha que não é o ideal ainda (PS).

Assim como PS, os demais entrevistados apontam que a atuação do Poder Público nos espaços rurais se dá pelo oferecimento de serviços básicos como educação, saúde, gerenciamento do PAA e assistência técnica aos agricultores. Em algumas falas ficou evidente que as comunidades rurais sempre estão procurando a Secretaria para poder recorrer a atendimento a respeitos dessas questões.

A palavra "ajudar" surge apenas nas falas dos sujeitos das comunidades rurais para se referir a assistência da prefeitura. Esses discursos não indicam se há um compromisso do Poder Público com a população de forma efetiva e, até mesmo, não atribui essa função como de competência da gestão pública. O sentido das falas está baseado em uma ideia de assistencialismo, subserviência em forma de caridade.

> [...] a minha percepção distante, como eu digo a você, é que existe uma assistência, porém ainda não é o suficiente para dizer que essas pessoas estão saindo dessas condições que elas vivem, né. Ou seja, são condições muito precárias, né (CD).

A fala de CD corrobora a ideia de uma política municipal que não está pautada em uma emancipação dos sujeitos, o que para Santos *et al* (2007) é característico do poder público de um Estado Capitalista que, muitas vezes, proporciona políticas paliativas, compensatórias para refrear a ação das camadas mais pobres da sociedade e perpetuar a distribuição injusta da riqueza social. A fala de PM também questiona o formato de ajuda que a o poder público presta e o lugar da política institucional:

> Olha, até então a gente não tinha nada, nada, nada! Agora, foi que nós fomos atrás mesmo de pedir ajuda, né. Assim, ajuda que eu tô falando de uma forma mais efetiva. A gente sempre tentou, mas a gente não... Que a gente procurava não levar político lá pra dentro. Mas a gente percebeu que não tem por onde ir. Ou vai por aí, ou não chega nada lá, entende? Então, infelizmente! (PM).

O discurso de PM na entrevista traz uma rejeição da figura do político e da política tradicionais. Essa tentativa de se afastar desse campo político institucionalizado pode ser explicada pelas próprias relações que a comunidade de PM tem experimentado, ao longo dos anos, com as instituições públicas a partir de relações desiguais e uma falta de amparo institucional. Nas falas dos representantes da organização civil entende-se que essas relações entre prefeitura e as comunidades rurais tem mudado, ainda que não atinja o ideal; assim como ST aponta que o Poder Público municipal tem sido mais atencioso com as demandas da zona rural a partir da nova gestão da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Eunápolis. Ainda sobre essas relações com a política institucional, a comunidade de PM

reconhece, estrategicamente, que o político é detentor de uma capital político próprio necessário para atuar na "concorrência pelo poder" e "pelo monopólio do direito de falar" (BOURDIEU, 1989) e, assim, conseguir com que as demandas daquele grupo sejam ouvidas e atendidas; pois para PM "hoje precisa ter um grito mais forte, né... da própria sociedade em relação a um olhar mais atencioso pra o homem do campo".

No que tange a organizações coletivas, todos os sujeitos apontaram que a maioria das comunidades rurais possuem associações de produtores/moradores, e algumas dessas são incorporadas a movimentos sociais do campo, como a Federação dos Trabalhadores Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia – FETAG-BA e o Movimento de Luta Pela Terra – MLT. Segundo membro da organização civil, existem trinta associações rurais na zona rural do município[2]; um número expressivo que representa a própria organização de política comunitária. O sentido que os sujeitos dão a estas associações é o de que elas são espaços de representatividade dos associados ao defenderem as pautas que os moradores trazem, além de se tornarem um canal de comunicação entre comunidade, Sindicato e Poder Público. Assim com a maioria dos sujeitos, ST aponta para uma alta participação dos moradores nas associações:

> Excelente! Participa bastante, participa das assembleias, ajuda na discussão dos problemas da comunidade. Se a comunidade tá tendo um índice de violência muito grande eles vem pra discussão. Procura achar as solução pra aqueles problemas. Então a participação é ótima. E até eu acostumo a falar que zona de rural de Eunápolis aprendeu muito bem trabalhar essas questões de associativismo. E a cidade não aprendeu ainda. As associações da cidade não funciona, dos bairros. Já na zona rural é uma participação excelente da comunidade (*sic*).

Deste modo, as associações seriam vistas como constitutivas de um espaço de representatividade e, também, um local coletivo legítimo para pensar nas políticas em prol das comunidades, o que poderia ser visto como um instrumento efetivo para a ativação do seu capital social. Entretanto, entre os diferentes agentes presentes no campo não há uniformidade de entendimento neste sentido, sendo que o caráter político das mesmas também vem a ser questionado:

> As associações têm ajudado bastante a comunidade. Só tem uma que tá...o presidente tá usando muito a política e isso vem dificultando um certo com essas comunidades. Mas as outras os seus presidentes são rapazes abertos, esclarecidos tem ajudado muito nessas comunidades a se desenvolver (ST).

> [..] porque nem sempre esses líderes, às vezes, têm afetação ideológica, de certa forma num dá direção correta pra as coisas. Porque quando você coloca a afetação ideológica numa liderança dessa, as coisas ficam meio desvirtuadas, né, mas isso eu tô falando como avaliação pessoal, viu? Não é o que pensa a [nome da instituição] [...] (SA).

[2] A quantidade de associações não significa literalmente a quantidade de comunidades rurais de Eunápolis, pois existe comunidade com duas associações, um dos moradores e outra que represente as mulheres. Novamente, nos esbarramos sobre as informações imprecisas das comunidades e suas associações.

As duas falas remetem ao mesmo assunto que é a política como forma de conduzir o processo coletivo. Porém, a problemática que se pode interpretar a partir das falas é: qual política que conduz esse processo? Ou seja, há uma disputa por visões de mundo entre os agentes no campo. Disputa essa que, reforçando, são lutas simbólica pela produção e imposição de uma visão de mundo necessária para garantir a transformação ou conservação de um campo (BOURDIEU, 1989). Assim, quando uma associação rural assume uma posição política que contradiz o posicionamento, interesse ou visão de mundo das demais instituições com as quais se relaciona, ela se afirma contra uma ideologia externa que tenta pautar e estruturar as ações políticas dentro da comunidade, conferindo-lhe uma determinada ordem social. Esse processo, por sua vez, não é de mão única.

As associações também contam com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis enquanto instância para resolver questões burocráticas como Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, e estabelecer comunicação com o poder público. Sobre o DAP, nenhum sujeito entrevistado mencionou realização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF na cidade, o que não nos surpreende uma vez que nas nossas primeiras incursões no campo constatamos que a Prefeitura Municipal de Eunápolis não promove o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, órgão deliberativo dos recursos do programa citado acima. A informação adquirida foi a de que o conselho já existiu no município, estando atualmente desativado. Ao procurarmos registros on-line deste Conselho, encontramos referência no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Eunápolis do ano de 2002, no qual está instituído a Lei N. º 430/2002 que dispõe sobre sua instituição com caráter deliberativo, consultivo e orientador. No Portal da Prefeitura Municipal de Eunápolis, tivemos acesso aos diários oficiais do ano 2010 até 2019 e notamos que o CMDRS é citado até o ano de 2014, enquanto que de 2015 a 2019 não há nenhuma menção sobre o mesmo.

A criação dos Conselhos Municipais é "a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático" (ABRAMOVAY, 2001) pois garante um espaço institucional para que agentes da sociedade civil – muitos desses excluídos do debate público – juntamente com o Estado e outros atores possam discutir sobre o gerenciamento dos recursos públicos e das políticas sociais – sobretudo para o campo. Além de tudo, não ter o CMDRS implica também a não participação dos agricultores familiares no PRONAF, que é uma política pública importante em razão de colocar a agricultura familiar como protagonista do processo, promovendo o desenvolvimento sustentável, geração de renda e qualidade de vida para as famílias (MOURA,2007).

Dessa maneira, entendemos que as comunidades rurais de Eunápolis estabelecem suas relações com a esfera pública por meio de associações comunitárias, Sindicato dos Trabalhadores e Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Entretanto, por parte da Prefeitura Municipal, não percebemos que haja políticas específicas criadas ou desenvolvidas por ela junto a população rural, o que impede algumas comunidades a terem acesso a serviços básicos como saúde, educação, energia elétrica, o que interfere no processo de desenvolvimento social e econômico desses grupos.

**2. 1 Poder empresarial e a esfera pública**

A última parte do roteiro de entrevistas buscou tratar das relações da empresa Veracel Celulose com agentes e instituições da esfera pública de Eunápolis. Trazer a atuação da Veracel se torna importante para pensarmos a realidade política e social da zona rural eunapolitana, em razão do fato da empresa ser detentora de um grande capital econômico no município e região. Segundo o relatório anual da empresa com dados de 2018, ela é detentora de 14% das terras sobre a área total do município de Eunápolis, para uso exclusivamente de plantio de eucalipto e ainda possui uma área de preservação ambiental que corresponde a 42% de sua propriedade. A empresa promove um discurso de responsabilidade social e ambiental para as comunidades rurais e tradicionais da região, além de fazer crer que proporcionaria um desenvolvimento social e econômico.

Foi notável o comportamento dos sujeitos entrevistados quando feita a primeira pergunta que tratava diretamente da Veracel. A narrativa de seus silêncios[3] presente na pausa feita pela maioria dos entrevistados demonstrou uma certa preocupação em dar uma resposta mais elaborada. Ainda que tenham contradições ao longo de seus discursos em relação a atuação da empresa, todos associam a Veracel a desenvolvimento econômico:

> [..] em 1987 e Eunápolis tava órfã de atividade econômica. Que aqui, antes, a economia da região aqui era a serraria, serrando a Mata Atlântica. E quando foi aí por volta de 1980 e pouco fechou as serrarias. Então Eunápolis ficou sem fonte de renda […] como aqui é uma área que tem uma vocação muito grande pra esse tipo de atividade [...] Eunápolis na época, o prefeito trabalhava com um orçamento de 500 e pouco mil reais por mês. Hoje trabalha em torno de 20 a 22 milhões. Então você vê. Eunápolis você não tinha nenhum hotel decente, você não tinha um restaurante decente. Tinha o quê? Eunápolis, na época, Eunápolis tinha uns 70 mil habitantes, 80 mil habitantes. Hoje tá com 120, né? Então o que ativou a economia aqui foi a Veracel. Não tem nenhuma outra geração de riqueza. Você tem, hoje melhorou, mas você tinha época aqui uma pecuária extremamente primária que não empregava ninguém, ela tinha subemprego. A agricultura começou muito incipiente, lá com a cultura do mamão, mas também que não ativava nada, [...] não incorporava renda. E hoje, né, junto com esse desenvolvimento a agricultura investiu em tecnologia. Hoje você tem produtores aqui sofisticados, né ! Tanto na área de café, mamão, banana, né. Então o impacto foi extremamente positivo. Se não existisse esse gerador de riqueza, como é a Veracel, Eunápolis eu não sei o que que seria, não. Acho que ela seria uma cidade praticamente morta, porque só a Veracel, se você olhar entre empregos diretos e indiretos, são mais de 20 mil empregos diretos e indiretos. É um investimento de alguns bilhões de dólares (SA).

A longa citação de SA demonstra o entendimento da ação da empresa como responsável pelo desenvolvimento econômico da região e do município. Ao dizer que a cidade era órfã de atividade econômica enquanto cita atividades no campo da agricultura que já existiam, ele hierarquiza as atividades econômicas atribuindo a atividade de monocultura industrial como a única fonte de renda e riqueza de uma cidade. Essa visão sobre a empresa

[3] Orlandi (2007) esclarece que o funcionamento do silêncio atesta o movimento do discurso. Embora diferente do não dito, o silêncio também é significante. O ato do silêncio pressupõe o pensamento, introspecção, contemplação. Assim, é necessário entender o silêncio também como política e ideologia.

está pautada no próprio discurso que ela constrói desde sua a chegada (SOUZA; OVERBEEK, 2008).

Sobre a chegada e expansão da Veracel Celulose, os discursos acabam sendo contraditórios, a exemplo de PS:

> [...] pra gente [...] trabalho [...] quem mora aqui sabe disso: é Prefeitura e a Veracel. Mas também teve seus impactos sociais, que tirou muita gente da zona rural […] as pessoas chegaram ofereceram dinheiro nas suas terras que já tinham. Hoje essas pessoas voltaram a ocupar essas terras. Quando se sentiram nas ruas, que não tinha meios de sobrevivência, foi quando houve esse monte de ocupação das áreas e que hoje tá sendo desse pessoal que já negociou com a Veracel... que tão retornando, né! Seu cantinho que não deveria ter vendido naquela época. Mas as pessoas, às vezes, se ilude com um dito valor que acha que aquele dinheiro vai dar pra sobreviver. Infelizmente, não dá na cidade. Então foi um impacto foi esse. Essa, a massa de pessoas que vieram para cidade, né, que não contribuíram em nada. Infelizmente, ela trouxe o bom mas também trouxe o ruim. (*sic*)

Esta fala é importante por servir como contraponto em relação ao discurso elaborado pela empresa sobre os meios de comunicação, já que a empresa, de acordo com Souza e Overbeek (2008), atua na área de propaganda e marketing para produzir no imaginário da população a figura de uma empresa responsável e atuante para o desenvolvimento da região. Da mesma forma fazia o governo do Estado na década de 1970, que já dizia que a vocação do Extremo Sul era o reflorestamento com a plantação de eucalipto.

PS e ST vão associar o êxodo rural que ocorreu na década de 1990 em Eunápolis à compra das terras pela Veracel. Os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD), demonstram uma queda na população rural de Eunápolis em torno de 25% entre os anos 1991 a 2000, enquanto a população urbana cresceu cerca de 25 % no mesmo período. A relação causa-efeito precisa ser analisada criteriosamente com outras metodologias, porém esses dados, assim como as falas desses sujeitos que vivenciaram o momento da expansão da empresa, retratam um cenário de transformações no campo, de sujeitos sendo inseridos em novas formas de sociabilidade e estruturas econômicas.

ST relata que muitas famílias que deixaram o campo não eram alfabetizadas e outras desconheciam, até mesmo, o uso do dinheiro. Ou seja, mesmo suas trocas econômicas fugiam a lógica monetária. Com as mudanças impetradas no campo mediante a chegada da empresa, essas pessoas passaram a estar sob a influência de uma estrutura socioeconômica que exigia delas novas disposições para agir de acordo com a ordem que era estabelecida. Dessa maneira, elas se tornaram vulneráveis a vários tipos de violência materiais e simbólicas. A partir de Bourdieu (1979) podemos entender a dificuldade dessas relações pelo fato de haver uma divergência entre os *habitus* dos agentes em relação a estruturas econômicas importadas e impostas, que requereram dos agentes uma adaptação à nova ordem mediante a apropriação de conhecimentos por meio de mecanismos de educação formal e, mesmo, informal, que não lhes estava disponível. Foram, portanto, subordinados e marginalizados no processo de constituição de uma nova estrutura de poder.

Quando se trata da relação da Veracel com o poder público municipal de Eunápolis atualmente, os sujeitos não conseguem identificar como possivelmente se estabelece. Alguns citam que é mediante a arrecadação de impostos ou convênios. Já em outros níveis de governo, foi citado as relações da Veracel com o Governo do Estado e INCRA para resolver as questões das terras da empresa que foram ocupadas há cerca de oito anos. CB explicou que existe uma "Mesa de Situação" no Governo Estadual, em que a Veracel, juntamente a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Casa Civil, Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social e movimentos sociais como FETAG e Movimento dos Sem Terra sentam para resolver o que seriam os problemas da empresa em relação ao território. Para CB é uma forma de resolução de conflitos e manter um equilíbrio entre a atuação da empresa e os movimentos. Contudo, sabe-se que Veracel é detentora de grande extensão de terras para plantação de eucalipto em 11 municípios na região Sul e do Extremo Sul da Bahia (VERACEL, 2019), o que a torna um forte agente econômico diante o Governo, construindo parcerias com o mesmo além de ter incentivos fiscais para sua atuação. Dessa forma, na constituição desta Mesa como campo de exercício da política pública, a empresa possui um grande peso político devido ao seu capital econômico em relação aos movimentos sociais. Algo que, provavelmente, a favorece.

Ainda sobre a atuação da empresa, percebemos que os discursos de todos os sujeitos apontam que a Veracel tem desenvolvido projetos sociais nas comunidades. Mas quando se pergunta quais são esses projetos, há visível dificuldade de informar, reportando sempre a Farinheira do Ponto Maneca, zona rural de Eunápolis, que foi um projeto em forma de convênio entre a Veracel e Governo do Estado. Também fora mencionado a despolpadora que a Veracel doou a uma comunidade rural de Eunápolis. Assim, partindo das falas dos agentes entrevistados notamos como é construído um discurso que a empresa tem promovido projetos sociais, porém são projetos específicos e restritos a algumas localidades que, não necessariamente, corresponde a suas realidades, pois é interessante para ela que os sujeitos envolvidos sejam passíveis aos projetos estruturantes que a empresa propõe, sendo que é mantida a imagem de instituição comprometida com a responsabilidade socioambiental de forma que conter, até mesmo, manifestações dos agentes contra as políticas de interesse da empresa. Ademais, a empresa não constrói os projetos a partir dos anseios da comunidade e conjuntamente a elas, mas, sim, impõe-nos aos sujeitos como oportunidades possíveis. Isto é bastante problemático por tratar-se de uma perspectiva construída fora do contexto sócio histórico e ideológico da comunidade, o que pode forçar os sujeitos a criarem novos *habitus* para se adaptarem diante daquele novo tipo de estrutura que pode não lhes convir.

Outro ponto que surge nas falas sobre a atuação da empresa é a afirmação de que as terras ocupadas por diferentes movimentos sociais do campo pertencem a Veracel. Diferentes falas dão a entender, em um momento, que a empresa doa a terra e, em outro, que a empresa a vende para a realização de assentamentos. Segundo ST:

> Eles falam que deu terra pra os assentados. Não. O Incra comprou as terras na mão da Veracel para assentar algumas famílias que estavam aí debaixo da lona, que estava esperando por essas terras; que tinham ocupado terra da própria Veracel ai e há uns oito, dez anos atrás. Ela agora resolveu negociar essas terras. Mas vender pra o Incra por preço de mercado. Que, às vezes, a

> falha dela é essa: ela chega anunciar que ela cedeu terra. Não, não cedeu. Ela vendeu! Ajudou? Ajudou nas negociação. Mas as terra foi vendida.

A ideia geral é que a empresa se torna responsável em protagonizar a reforma agrária da região. Pelo o que entendemos nas falas e com base no relatório da empresa, a Veracel, diante das suas terras ocupadas por agricultores vinculados a movimentos sociais, resolveu negociá-las por meio de um sistema de compra e venda; sem recursos públicos, mas com o apoio burocrático do Governo do Estado. Assim, as terras são vendidas para as famílias e essas terão um longo período de tempo para pagar a empresa. Também é importante ressaltar que, segundo um dos entrevistados, foi comprovado, mediante processo jurídico, que uma parte das terras ocupadas em Eunápolis não pertencia a Veracel, tratando-se de terra devoluta grilada pela empresa. Foi necessário a ocupação da terra via movimento social para o Estado averiguar sua situação. De acordo com uma reportagem do ano 2010, essa terra tem uma extensão de 1,333 hectares destinados à plantação de eucalipto e estava registrada no cartório de imóveis de hipotecas como propriedade da Veracel desde 1997[4].

Santos (2017) chama de Reforma do Consenso essa política agrária no Extremo Sul da Bahia, que conta, também, com o desenvolvimento de projetos de educação e agroecologia nos assentamentos da região. Para a autora, é uma construção de discurso ideológico-político das empresas de eucalipto e celulose presentes na região em parceria com o Estado para manter sob controle os conflitos do campo e delimitar uma pequena parcela das terras para os movimentos. Assim, entre essas empresas, a Veracel "alcança dois objetivos: manter trabalhadores de seu interesse na região, e construir ideologicamente um consenso generalizado de compromisso e responsabilidade social na sociedade civil" (SANTOS, 2017, p. 139). Juntamente com o Estado, faz com que os agricultores acreditem que estão sendo beneficiados pela empresa, de modo que acabam se submetendo aos seus interesses. Assim como observa a autora, Pinheiro (2016) e Souza (2016) também discutem em seus respectivos trabalhos de mestrado o uso de agrotóxicos, principalmente o herbicida glifosato, nas plantações de eucalipto em Eunápolis e região do Extremo Sul sob comando da Veracel. O uso dessas substâncias tem causado danos à saúde dos agricultores e contaminado áreas fluviais e meio ambiente. Dessa forma, essas representações de empresa consciente e responsável que a Veracel constrói, acaba por mascarar os impactos socioambientais que ela tem causado na região; distorcendo a realidade dificultando uma mobilização social contra sua atuação violenta.

Assim a relação entre movimentos sociais e Veracel que a maioria dos sujeitos identificam está pautada nessas negociações das terras destinadas aos projetos de assentamentos. Alguns entrevistados também apontaram que tais relações eram conflituosas há alguns anos, mas que hoje estariam estabilizadas devido aos acordos sobre as terras e, até mesmo, pelo fato de a empresa possuir uma equipe específica para mediar as situações. Situações de disputa que, segundo SA, seriam retrato da "afetação" dos movimentos sociais por questões ideológicas. Neste caso é curioso que, para o entrevistado, a empresa não pratique o que ele mesmo chama de afetação ideológica.

Ainda sobre essa questão ideológica, em uma das entrevistas foi denunciada uma situação na qual a Veracel teria infiltrado agentes financiados dentro uma instituição civil da

[4] A notícia foi encontrada no site "Bahia Notícias", o endereço do mesmo está disponível em Sítios. Último acesso em: 29/11/2019

cidade para que pudessem defender os interesses da empresa. Assim, nota-se que há percepção sobre as estruturas de poder da empresa, que utiliza do seu capital econômico para poder manipular as representações em prol do benefício de sua imagem, de seus ganhos materiais enquanto atinge o seio das demais formas de organização coletiva.

O caso narrado acima testemunha a existência de uma disputa simbólica entre a empresa e as organizações civis do campo. Tal disputa é pela forma de se legitimar uma visão social de mundo que é indispensável para manter a dominação sobre os agentes de um campo. Na realidade estudada, podemos perceber que se trata de uma disputa em torno do imaginário do que é progresso, ou desenvolvimento, e conduta política aceitável dos sujeitos do campo diante da empresa. Assim, a empresa procura, tanto por meio de um poder simbólico atrelado ao seu capital econômico, como por meio de suas enunciações inscritas em agentes, marketing e políticas, transformar a visão de mundo e, dessa forma, a ação de mundo a partir de suas próprias ideias e representações; de sua própria ideologia, tal como sugeriria Bourdieu (1989).

Quanto ao Poder Público, notamos que este concede espaço para que o empresariado possa atuar na operacionalização da política agrária dessa região. Logo, a ausência do Estado como formulador de políticas públicas faz com o que o setor privado se torne o principal ator nesse processo, permitindo-o construir projetos que defendam uma ideia de desenvolvimento que lhe garanta a dominação sobre a estrutura do *campo*.

**2. 2 Considerações finais**

Quando se trata da atuação da política institucional via Poder Público municipal no campo em Eunápolis, percebemos que essa relação se baseia em um assistencialismo que não está produzindo políticas municipais que levem a superação de desigualdades sociais. Aspecto que reforça esse comportamento é o não funcionamento do CMDRS, posto que é papel da prefeitura organizar o conselho para que diferentes agentes possam estar participando e até mesmo dando direcionamento às políticas públicas do campo.

Ainda que não seja uma panaceia para todos os males, um CMDRS em Eunápolis poderia colaborar para favorecer a articulação política das comunidades rurais em frente aos grandes produtores, como a Veracel. Mesmo que ainda não sejam totalmente favoráveis aos pequenos agricultores, visto que podem conter relações coronelistas e representantes indicados por quem controla organização social da localidade (ABRAMOVAY, 2001), espaços como o Conselho devem ser garantidos para que a população rural faça parte das discussões de assuntos públicos e possa falar e ser ouvida na disputa política.

Sobre essa desarticulação política no campo, a fala de PM mostra que não há uma unidade entre os movimentos sociais da região e que existem contradições nessas relações, mesmo que estes estejam lutando por um objetivo comum, que é a garantia da terra. Esse arranjo político é favorável para que a Veracel conduza sua política com mais força aproveitando as contradições no campo para construir um discurso dominante pautado em uma ideia de desenvolvimento que ela mesmo propõe. Dessa maneira, há um imaginário social sobre a indústria como responsável pelo desenvolvimento de uma região, como é apontado na maioria das falas.

Apesar do arranjo político que está estruturado em Eunápolis, identificamos que há resistência e organização popular para se manter no campo. O exemplo dessas organizações é a mobilização de mulheres por uma associação que busca atender suas próprias demandas enquanto mulheres, além de procurar políticas públicas para suas comunidades; principalmente políticas que as coloquem como protagonistas do processo político. Portanto, a estrutura política que age sobre a zona rural de Eunápolis, estruturada por uma ideologia empresarial e a ausência do Poder Público, encontra resistência de alguns agentes que tentam fazer frente às forças estruturantes a partir de suas redes de relações, e que são importantes para disputa pelo poder dentro desse *campo*. Nele entendemos que as condições materiais e sistemas simbólicos, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, conseguem cumprir com sua função política de construção da realidade legitimando e reproduzindo uma determinada ordem. Isso se reflete nas práticas e representações que os sujeitos trazem em suas falas, como a ideia de política baseada em um assistencialismo não só por parte do setor público, mas também do privado. Esse tipo de disposição acaba por não conduzir a uma ruptura com as construções simbólicas que contribuem para o fortalecimento dos mecanismos de dominação.

Quanto as relações dos grupos que disputam nesse *campo* o poder sobre as terras, entendemos que os laços de capital social acabam sendo submissos ao capital econômico dos agentes envolvidos. Exemplo disso é que a Veracel tem amplo acesso a construção de parcerias com o Estado para estruturar as relações do campo da região, alcançando o controle sobre o comportamento político dos agentes e a reprodução de uma ordem que a beneficia. Essa forma de controle está baseada na força material e na violência simbólica, que é utiliza por uma classe ou grupo a partir seus dos interesses para legitimação da dominação (BOURDIEU, 1986). Esse tipo de articulação interfere diretamente nas relações entre os pequenos produtores rurais, pois determinam as funções estruturantes na sua economia, sociabilidade e cultura. Assim, observou-se que há uma fragilidade nas redes de relações de que dispõe a população rural, o que a enfraquece na luta política no *campo*, reforçando que os outros agentes, do campo privado e público, possam exercer a violência simbólica sobre eles. No entanto, como já foi dito aqui, há expressões singulares de resistência às disposições produzidas por essa estrutura do *campo*, que buscam, ainda de forma irrisória, construir um capital social para a resolução de seus problemas coletivos.

Diante desse *campo* com diferentes atores com interesses e capitais em diferentes graus, a possibilidade de construção de políticas públicas que atendam efetivamente a pluralidade de interesses se torna bastante complexo. Posto isso, há uma necessidade da construção de um processo democrático para além das estruturas formais propiciadas pelas últimas décadas, onde a população rural com as condições necessárias possa concorrer pelo reconhecimento político. Todavia, entendemos que esse processo democrático não seria baseado em uma ideia harmoniosa, já que uma democracia pressupõe diferentes representações e visões de mundo, o que reforça o cenário de conflitos e lutas simbólicas em busca de uma legitimidade diante das condições materiais e sistemas simbólicos estruturados em uma sociedade capitalista.

## 3. Referências

### 3.1 Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. In: Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n.43, p.121-140, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300011. Último acesso em: 15/11/2019.

ALVES, Zélia M. M. B.; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. Paidéi, Ribeirão Preto , n. 2, p. 61-69, fev/jul. 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007. Último acesso em : 07/11/2019.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades do campo. In: _____. Questões de Sociologia. Tradução: Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal, Ltda, 2003a. p. 119-126.

___. O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas regionais. Tradução Silvia Mazza. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

___. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

___. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

___. The forms of capital. In: Handbook of Theory of Research for the Sociology of Education. Greenword Press, 1986, p. 47-58.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica .Resolução Nº 1, De 3 De Abril De 2002. In: ___. Educação do Campo: marcos formativos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília, 2012, p. 33-37.

CERQUEIRA NETO, Sebastião P. G. ; SILVA, Sylvio B. M. Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia?. In: Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Minas Gerais, v.3, n.6, p. 85-108, ago. 2008. Disponível em: < http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11862/6942>. Acesso em: 04 abr. 2018.

DURHAN, Eunice R. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LEONEL, Marcelino S. Extremo Sul da Bahia: Caracterização Socioeconômica e os Impactos da Expansão do Setor de Base Florestal. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento Regional e Planejamento Regional, 2016.

MOURA, Joana T. V. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado?. In:

Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 9, p. 241-255, 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/878/87890208.pdf. Acesso: 15/11/2019.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

___. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

OSTROM, Elinor; AHN, T. K. The meaning of social capital and its link to collective action. Bloomington: Indiana University, 2007. Disponível em: https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/bitstream/handle/10535/3800/W07-19.pdf?sequence=1. Acesso em: 25/05/2018.

OSTROM, Elinor; AHN, T. K .A social science perspective on social capital: social capital and collective action. Bloomington: Indiana University, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242569787_A_Social_Science_Perspective_on_Social_Capital_Social_Capital_and_Collective_Action . Acesso em: 25/05/2018.

PINHEIRO, Cristiano R. Química da enxada: transformações do trabalho no campo, uso de agrotóxicos e seus impactos na saúde e ambiente no acampamento Baixa Verde (MLT) – Eunápolis/BA. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Arlete R. dos. Aliança inédita e decadência ideológica no campo: a reforma agrária do consenso. RTPS- Revista Trabalho, Política e Sociedade, vol. II, nº 02, p. 121-144, Jan.-Jun./2017.

SANTOS, Reginaldo S. S.; RIBEIRO, Elizabeth M.; GOMES, Fábio G.; RIBEIRO, Matos M.; SANTOS, Leidimar C. dos. Compreendendo a natureza das políticas do Estado Capitalista. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 819-834, set./out. 2007. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6608/5192. Acesso em : 21/05/2019.

SCARTEZINI, Natalia. Introdução ao método de Pierre Bourdieu. Cadernos de Campo (UNESP), v. 14\15, p. 25-37, 2011. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/5159. Acesso em : 06/11/2019.

SILVA, Natália M. Por uma Educação do Campo de qualidade. In: V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais: políticas públicas e caminhos para o desenvolvimento. 2012. Araraquara. Anais... Araraquara: UNIARA, 2012, p. 1-13. Disponível em:https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_2/sessao_2A/03_Natalia_Silva.pdf. Acesso em: 14/11/2019.

SOARES, Sergei S. D.; Razo, Renata ; FARINAS, Mayte. Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis. In: BOF, Alvana Maria (Org.). A educação no Brasil rural. 1ed.Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, v. , p. 47-67. Disponível

em:http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+educação+no+Brasil+rural/6f20b4f1-a40e-4d78-baea-a1f63f191041?version=1.3. Acesso em: 14/011/2019.

SOUZA, Ivonete G.. Eucalipto e o veneno silencioso: expansão da monocultura de eucalipto no extremo sul da Bahia. Agrotóxicos, violação de direitos e manipulação ideológica. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Ivonete G., OVERBEEK, Winfridus. Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da StoraEnso e Aracruz Celulose: uma história de ilegalidade, descaso e ganância. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VERACEL. Relatório de Sustentabilidade 2019 Ano-base 2018. Brasil: 2019.

**3.2 Sítios**

BAHIA NOTÍCIAS. Site de notícias. Disponível em: https://www.bahianoticias.com.br/noticia/76078-estado-aciona-veracel-por-suposta-grilagem.html. Acesso em: 29/11/2019.

PNUD. Atlas do desenvolvimento humano. Disponível em:http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/. Acesso em: 15/11/2019.